

Filosofia moral e limites argumentativos: a literatura como meio transformador da consciência moral

*Félix Flores Pinheiro*¹

Resumo: Recentemente, duas discussões em vêm ganhando destaque em filosofia moral. Por um lado, a visão de moralidade e de filosofia moral presente nas abordagens tradicionais desde a modernidade, como por exemplo as teorias da obrigação moral, tem sido posta em dúvida desde o diagnóstico de Anscombe (1958) de que a mesma não cumpre os seus propósitos. Por outro lado, com os desenvolvimentos dos estudos em filosofia da mente e em ciência cognitiva, parte da literatura da área tomou o conceito de “consciência moral” e as questões que estão relacionadas ao mesmo como tópico central. Neste artigo, tais abordagens são relacionadas através das considerações sobre os limites do âmbito argumentativo e da busca por meios não argumentativos de proceder em filosofia moral, oferecendo a literatura como um meio para tal.

Palavras-chave: Consciência moral. Literatura. Limites argumentativos.

Moral Philosophy and argumentative bounds: literature as a transformative medium of moral consciousness

Abstract: Recently, two discussions have been gaining prominence in moral philosophy. On the one hand, the view of morality and moral philosophy presents in traditional approaches since modernity – such as theories of moral duty – has been in doubt since Anscombe's (1958) diagnosis that it does not fulfill its purposes. On the other hand, with the developments of the studies in philosophy of mind and cognitive science, part of the literature of this field took the concept of "moral consciousness" and associated questions as a central topic. In this paper, such approaches are related through considerations about the limits of the argumentative scope and the search for non-argumentative means of proceeding in moral philosophy, offering literature as a medium to do so.

Keywords: Moral Consciousness. Literature. Argumentative Bounds.

¹ Doutorando PPG-Filosofia UFSC. E-mail: feliks.sm@gmail.com.

Introdução

O presente artigo possui por objetivo pensar a literatura como meio transformador da consciência moral. Tal reflexão contribui para os desenvolvimentos atuais em filosofia moral, pois apresenta um modo não totalmente argumentativo de procedimento para a mesma.² Recentemente, autores como MacIntyre (1984) e Anscombe (19658) efetuaram reflexões sobre a história da filosofia moral e diagnosticaram que entre o período do renascimento e meados do século XX, boa parte dos estudos em filosofia moral estiveram imersos em uma visão do que é a moralidade – a qual fora criticada pelos mesmos autores. No presente artigo, esse contexto é analisado através da ideia de que a análise lógico-linguística é a base dessa visão sobre o que é a moralidade. Se isso estiver correto, as críticas dirigidas a essa noção de filosofia moral terão algo de construtivo apenas se há uma parte relevante para o proceder filosófico e moral que não seja dependente da análise lógica da linguagem, ou seja, que não seja dependente de meios argumentativos.³ Argumenta-se que parte dos constituintes da consciência moral dos indivíduos não é trabalhado satisfatoriamente por argumentos, e que narrativas, como as narrativas literárias, são ferramentas alternativas para tal. O texto que segue encontra-se organizado em três seções. Inicialmente, apresenta-se um breve panorama geral e histórico, focando nas características de uma perspectiva sobre a filosofia moral e críticas à mesma. Em um segundo momento, oferta-se uma reflexão sobre

¹ Embora seja comum entre alguns autores distinguir entre os termos “ética” e “moral”, no presente artigo eles serão usados como sinônimos cujo significado é o âmbito dos valores de uma sociedade. Já o termo “filosofia moral” será entendido como a reflexão sobre qualquer questão filosófica envolvida no âmbito dos valores de uma sociedade.

³ Meios argumentativos são distinguidos aqui de meios não argumentativos de dois modos. Por um lado, do ponto de vista sintático, podemos comunicar algo sem utilizar para isso uma maneira de extrair ou obter informações através das formas argumentativas; por outro lado, de um ponto de vista pragmático, podemos comunicar sem recorrer a noção usual de obtenção de informação verdadeira, ou seja, sem a pretensão de que as sentenças sejam verdadeiras. Exemplos do primeiro são relatos e textos jornalísticos, dos segundos, narrativas literárias e textos ficcionais.

o alcance da utilização de argumentos em detrimento das concepções sobre a consciência moral. Por fim, exploram-se características cognitivas advindas da atividade literária que estão vinculadas com o desenvolvimento da consciência moral, sugerindo a literatura como um dos meios possíveis e frutíferos para a transformação da mesma.

Um recorte histórico

A história da filosofia moral possui como legado uma variedade de posições e posturas sobre a natureza da moralidade e sobre os próprios propósitos do fazer filosófico. Os pontos de partida e as tarefas da filosofia moral, seus objetivos e objetos de estudo, são entendidos e propostos de maneiras diferentes no decorrer dessa história, de modo com que existam pelo menos dois sentidos antagônicos sobre essas questões que interessam para os propósitos do presente artigo. Seguindo o exposto por Rachels (2006, p. 175-177), a compreensão de filosofia moral para os gregos antigos teve como objeto de estudo questões que versam sobre o que é ter uma vida boa e como tornar-se um ser humano bom; em contrapartida, a compreensão de “filosofia moral” imersa no pensamento de filósofos após o renascimento transfere o foco da abordagem para escolhas e ações, pois o objeto de estudo tornou-se as questões que permeiam a reflexão sobre o que é correto fazer.

O espectro dessa última visão da filosofia moral não corresponde a uma única teoria, escola ou corrente filosófica. Ela é entendida como um viés comum: uma conjunção de características, de crenças sobre o próprio fazer filosófico e sobre a natureza da moralidade, presentes nas diversas teorias da justiça e nas mais renomadas abordagens teóricas que envolveram fundamentalmente a noção de *obrigação* moral. Tal viés foi evidenciado por abordagens recentes, como a da filósofa Anscombe (1958), que encontram um modo de proceder em conjunto com uma visão sobre o que é a própria moralidade como alicerce comum das teorias naquele

contexto. Tal postura frente a filosofia moral, que perdurou como paradigma da disciplina desde o fim do renascimento até o século XX, pode ser entendida aqui através da combinação entre as seguintes características: a concepção de que o objeto de estudo mais prático da filosofia moral é a busca pelas respostas às questões sobre o que é correto fazer; cujo método de busca exige imparcialidade de perspectivas e é constituído por análise e justificação de princípios, conceitos e ações através de argumentos; cujo único resultado é a melhor ação a ser realizada e que isso tem o caráter de *obrigação*; o que implica que a filosofia moral, em seu sentido prático, é o estudo do que é correto fazer, mas não do convencimento, permitindo aquilo que ficou reconhecido na literatura pelo conceito de “*akrasia*”, i.e., que se possa saber o que deve ser feito e ainda assim não fazê-lo.

Tais características constituem, como afirma Sattler, “uma filosofia moral construída sempre a partir de uma base racionalizante e universalizante mínima – ou de uma concepção (racional e universal) mínima do ‘humano’” (2012, p. 103). A partir dessa base, a tarefa da filosofia moral foi entendida como dar um tratamento argumentativo para designar o que é correto fazer, ou seja, descobrir justificativas para ações. No entanto, independentemente dos detalhes inertes à uma teoria que fora utilizada para encontrar a melhor ação, os sujeitos podem simplesmente não agir de acordo com aquilo que seriam suas obrigações morais. A literatura da área apresenta variadas explicações para esse fenômeno. Por exemplo, para Rachels a origem do mesmo está no descompasso entre os argumentos e o convencimento, pois “na ética deve-se esperar que ocasionalmente as pessoas recusem a ouvir a razão. Afinal, a ética pode exigir que façamos coisas que não queremos fazer, portanto não é raro tentarmos evitar ouvir suas demandas” (Rachels, 2006, p. 45). Tal afirmação constitui uma explicação psicológica desse fenômeno, mas outros autores fornecem compreensões metodológicas e epistêmicas para o mesmo, como é o caso de LaFollete (2002), que

o descreve enquanto uma possibilidade, entre outras, de aplicação incorreta dos princípios morais. De qualquer modo, é importante observar que para esses a *akrasia* não é um problema a ser resolvido pela teoria, mas algo externo, uma falha dos sujeitos.

Na culminância desses fatores, a filosofia moral é entendida, enquanto tarefa, como exercício da deliberação argumentativa coerente e imparcial sobre o que devemos fazer. Portanto, para o âmbito filosófico da moral, se houver algo fora daquilo que a argumentação conseguir captar, esse algo não é moralmente relevante. Dito de outro modo, a extensão do âmbito dos elementos morais que podem ser tratados pela filosofia está incluso na extensão do âmbito daquelas coisas sobre as quais podemos argumentar.

Essa visão sobre o que é a filosofia moral foi amplamente criticada no último século. MacIntyre (1984) afirma que esse panorama resultou em uma anarquia de teorias morais que não conseguem dialogar entre si, originando um relativismo de posições que fracassa na pretensão de construir uma única ética universal. De modo semelhante, Anscombe (1958) analisa esse paradigma e apresenta o mesmo diagnóstico: um fracasso das teorias frente as suas pretensões de imparcialidade e universalidade, além de um distanciamento dos métodos em relação aos aspectos presentes no âmbito moral da vida dos sujeitos. Murdoch (1956) afirma ainda que ao tomar como ponto de partida que a linguagem moral é falha, tornou-se a análise linguística o ponto central e único da investigação realizada sob o rótulo de ‘filosofia moral’, obtendo como resultado a negligência dos traços concretos da moral vivenciados pelos indivíduos. Para Sattler (2012), um exemplo de como isso ocorre está no fato de que problemas cotidianos, como o cuidado e a assistência aos outros, não se enquadram como obrigações morais, ou nem mesmo fazem sentido dentro de uma teoria não tão radical que trabalhe com a ideia de “lei moral”.

Uma teoria *não radical*, nesse contexto, pode ser entendida como as abordagens que não exigem que os indivíduos realizem

todas as suas ações cotidianas de acordo com obrigações morais. Dito de outro modo, uma teoria moral é considerada *radical* se diz que enquanto houver certas circunstâncias, será obrigação moral dos seus indivíduos não realizar qualquer ato que não esteja diretamente relacionado com essa situação. Por exemplo, se tomamos como obrigação moral acabar com o sofrimento dos seres humanos no mundo e, por conseguinte combater a fome, a sede, a miséria, entre outros males; então atividades como ir ao cinema ou ao teatro são imorais, dado que há um gasto de tempo e de recursos dos indivíduos que não está sendo utilizado para a realização de suas obrigações morais.

Se recorrermos à utilização de princípios na forma de “lei moral” e termos como “obrigação moral”, o caráter de ações que se relacionam com casos de caridade ou de cuidado com os outros, situações que as pessoas vivenciam cotidianamente, será defasado pelos termos de obrigação: ou esses casos não serão obrigações morais em sentido comum, e isso retira a carga moral deles, ou serão obrigações no sentido das abordagens radicais, o que coloca uma carga moral excessiva nos mesmos. Essas ideias atribuem um limite às abordagens filosóficas da moral, das teorias que se enquadram no escopo supracitado. Como sintetiza Sattler:

O tipo de investigação que é levado à cabo pela filosofia moral (...) é considerado demasiado estreito quanto aos seus métodos, demasiado falho quanto ao seu alcance, mas demasiado pretensioso quanto os seus objetivos. Restringindo-se à análise linguística de conceitos especificamente morais, a filosofia moral (...) parece tomar como sua tarefa própria (e única) a clareza de termos tais como “bom”, “correto” e “obrigatório”, sempre dentro do contexto da ação e da escolha moral. (2012, p. 104).

Através destes apontamentos surgiram diversas alternativas com o objetivo de captar a amplitude da vida moral, tarefa que requer algo além do que é proporcionado por uma busca pela ação

correta. Esse algo a mais é uma variante entre os autores.⁴ Todavia, o aspecto mínimo em comum é a ideia de que há algo relevante no que diz respeito a moral e que vinha sendo negligenciado pelas teorias que se enquadram naquela concepção da filosofia moral.

Na medida em que a análise linguística argumentativa fora entendida como único método da filosofia moral, as críticas supracitadas reivindicam que há algo relevante a ser tratado pela filosofia moral e que não pode ser acessado através da deliberação argumentativa coerente sobre nossas escolhas. Independentemente de quais elementos adicionais sejam considerados, como virtudes, sentimentos, visões e narrativas pessoais sobre a sociedade, o cerne do debate recai na dúvida sobre o escopo não argumentativo da moralidade e de como a filosofia moral pode dar um tratamento para esse. No que segue, apresento uma maneira de pensar a filosofia moral através de uma tarefa não argumentativa. O objetivo disso, todavia, não é negar a importância da análise argumentativa e da objetividade advinda dela, tão somente mostrar que se esse procedimento possui limites de amplitude, precisamos de outras ferramentas para, pelo menos, abarcar o que não é captado naquela via.

O que pode haver fora do âmbito argumentativo?

Diversos estudos oferecem temáticas e conceitos interessantes correlacionados com a reflexão sobre o agir e a linguagem moral; dentre eles, salienta-se para nossos propósitos a análise do conceito de “consciência moral”. Atualmente, os estudos em filosofia da mente incluem os problemas da natureza da consciência reflexiva, conceito que significa, grosso modo, ser

⁴ Fornecendo exemplos desse algo a mais, no caso de Murdoch (1956) ele seria algo como uma “textura do ser”, onde inclui-se traços culturais e sociais que compõem uma “maneira de viver” em oposição a uma “maneira de agir”. Algo mais pretensioso encontramos em Diamond (1995), no qual esse algo a mais é encontrado em uma narrativa que permita uma visão total da vida, excluindo por completo a objetividade argumentativa da moralidade.

consciente de si. Através dessa noção, trabalha-se o conceito de “consciência moral”, que abrange os elementos introspectivos relacionados com a moralidade, como a linguagem, algumas emoções, o surgimento e a influência da cultura nas crenças e no comportamento dos indivíduos. Não há uma unanimidade sobre o que seja a “consciência moral”, no presente artigo ela está sendo entendida da seguinte maneira: consciência moral é o conjunto dos elementos mentais que estão relacionados com o julgamento moral de um indivíduo. Como o julgamento moral é um ato linguístico (pelo menos nos seres humanos), a linguagem é meio fundamental da consciência moral – mas não necessariamente o único componente da mesma.

Como mostra Hitlin (2008) em “Moral Selves, Evil Selves”, as noções de “consciência de alguma coisa” compõem relações não óbvias dos indivíduos com os seus meios. Isso significa que essas conexões são processos da consciência reflexiva, na medida em que exigem uma atitude de “tomada de consciência” por parte dos indivíduos. Esse processo nos seres humanos é mediado pela linguagem, pela significação e entendimento das práticas e das relações. Por exemplo, a consciência de classe é uma concepção sobre o mundo que exhibe uma relação não óbvia e, portanto, adquiri-la requer um processo de transformação de crenças que os indivíduos já possuem.

Esses processos de transformações de crenças podem envolver tanto aspectos linguísticos, quanto emocionais. Howard (2014) afirma que emoções morais possuem componentes cognitivos, elementos que interferem na avaliação, cujos efeitos conectam a intersubjetividade com a perspectiva dos outros. Não obstante, o papel das emoções no desenvolvimento da consciência moral é um ponto que vem sendo largamente desenvolvido, constituindo o alicerce de várias teorias contemporâneas, como por exemplo a tese de Nussbaum (1990). O valor cognitivo das emoções relacionadas com o julgamento moral mostra-se, portanto, um caminho natural para a busca por um escopo não argumentativo da

moral. Todavia, o reconhecimento da importância das emoções na vida moral não implica em uma negligência para com o papel que a linguagem desempenha, sendo esse aspecto a principal contribuição advinda da discussão sobre a consciência reflexiva.

Para além de uma disputa em torno da primazia da linguagem em relação ao pensamento, e vice-versa, as análises sobre a relação entre linguagem e consciência reflexiva nos permitem ressaltar que a análise linguística e o método argumentativo são apenas uma das potencialidades da linguagem humana que possui valor cognitivo.⁵ Por exemplo, Levinson (1996) ressalta que há um processo de significação de si e do mundo na maneira como os seres humanos se compreendem. De modo semelhante ao que foi afirmado em Hitlin (2008) e retomando contribuições de autores clássicos da psicologia, como Vygotsky, uma das maneiras de entender o modo como seres humanos se compreendem é que há uma construção de significados e uma a internalização de ideias (já estabelecidas na comunidade) através de narrativas. Esses processos de absorção e criação de significados formam, de modo análogo às ideias de Durkheim (2010), um ‘mundo’ mental simbólico que está diretamente relacionado com as relações convencionais, culturais, sendo a natureza desse campo interno, bem como da cultura, reside em uma estrutura *sui generis* não consciente.

Se isso faz sentido, não se preocupar em acessar essas estruturas é o principal problema para àquela visão da filosofia moral como descoberta da ação correta. Se pressupormos que a única condição e o único procedimento disponível para a filosofia moral depende da análise linguística argumentativa, todo o escopo da significação e da compreensão da realidade que cerca os indivíduos deveria ser reduzido a esse método, ou seja, estará confinado aos defeitos e às virtudes da reflexão sobre como extrair informações de um modo logicamente seguro. Embora esse procedimento em filosofia moral tenha suas utilidades prático-

⁵ Para um panorama geral da discussão sobre pensamento e linguagem, veja-se Silva (2014).

teóricas, ele se distancia do que os sujeitos fazem ao se compreender enquanto indivíduos em uma sociedade por ter dificuldades em trabalhar suas as crenças já internalizadas.

Citando exemplos, a justificativa para certos casos nos quais um indivíduo sabe que deve agir de tal maneira, mas escolhe agir de outro modo, não está em um aspecto passível de argumentação, mas antes em uma crença internalizada que conduz essa ação. Do mesmo modo, as relações interpessoais que não são captadas em uma teoria do dever refletem justamente valores morais que estão inertes às culturas, como a piedade e a benevolência. Cabe salientar que, claro, a utilização de termos como “crença internalizada” e “inertes na cultura” possam ser abusos de linguagem; mas seus significados estão pensados aqui do mesmo modo como alguns autores trabalham a noção de “inconsciente” – no sentido de ser algo que não está na consciência de um indivíduo, embora componha seu âmbito mental – e a noção de “inconsciente coletivo” – no sentido de algo que está subjacente a uma cultura.

Como já citado, a explicação de Rachels (2006) para a *akrasia* recorre à vontade dos indivíduos em não fazer algo que é moralmente exigido. Um fenômeno ainda mais intrigante ocorre no descompasso entre uma crença consciente e um hábito. Por exemplo, não é incomum em uma sociedade que aceitou como verdade moral que atitudes racistas são moralmente condenáveis, encontrarmos pessoas que concordam com isso desempenhando atitudes discriminatórias em função da cor da pele dos indivíduos, mesmo que verbalmente. Como Kahneman (2012) afirma, nossos hábitos, dos mais variados tipos, estão alicerçados em uma parte “passiva” do nosso mundo mental, cuja analogia explicativa pode ser a de um “piloto automático”. Nesse sentido, modificar hábitos exige um grande esforço e adquirir uma nova crença não implica em uma mudança de comportamento. Por esse motivo, possuir uma crença moral pode ser algo superficial quando seu conteúdo exige uma transformação de hábitos e atitudes, de modo com que o efeito da

aceitação de que algo é moralmente errado não corresponde necessariamente à mudança de comportamento.

Por conseguinte, se assumirmos como objetivo da filosofia moral a inclusão de traços mais próximos da vivência moral dos indivíduos e a modificação da conduta desses, o que há de relevante fora do alcance de um método argumentativo está na conjunção entre o funcionamento das estruturas sociais e dos mecanismos psicológicos “inconscientes” que alocam crenças e desejos. Na medida em que argumentos não possuem efeitos transformadores eficientes nesses âmbitos – o que é reconhecido pelos próprios autores que aceitam a *akrasia* – o escopo complementar da filosofia moral recai na tarefa de encontrar meios eficientes de trabalhar a cultura e as crenças internalizadas pelos indivíduos, desafios que perpassam os objetivos da pedagogia e requerem principalmente uma análise da influência da publicidade na formação de crenças e desejos.

A fim de explicar esse último ponto, não me parece sensato negligenciar a influência das campanhas publicitárias dos mais variados tipos nos objetos de estudo dessa discussão. Conquanto a história da filosofia moral nos lega muito mais uma busca pela verdade do que por meios de convencimento, a história do *marketing*, da publicidade e da propaganda, colocou como tarefa dessas áreas e das demais correlatas, o extremo oposto. É função dessas últimas perceber como nossas relações culturais se relacionam com o ambiente de consumo, a fim de explorarem as demandas de consumo, criarem as estratégias de venda. Na realização dessa tarefa, peças de publicidade trabalham com as valorações dos mais variados tipos, guiadas pelo amplo estudo que resulta na estratégia de marketing. Sejam valores estéticos ou morais, artigos publicitários têm oferecido repetidamente ideias que os relacionam com objetos e serviços, cujos resultados podem ser, até mesmo, a criação de uma demanda e a alteração de valores econômicos. Um caso paradigmático que ilustra o que vem sendo dito nesse parágrafo é a história da valoração do diamante. Como

mostra Zoellner (2007, p. 49 - 52), a consideração dos diamantes como objetos valorosos só atingiu o patamar conhecido devido aos altos investimentos em suas aparições em filmes e menções em músicas. Através dessas atividades publicitárias, que colocaram celebridades como Marilyn Monroe utilizando diamantes, valores estéticos e sociais foram relacionados com um produto, surgindo uma demanda a partir do convencimento de que os mesmos eram desejáveis.

Explicado isso, cabe notar que um tratamento mais aprofundado da influência da propaganda, embora interessante, não nos interessa nesse momento.⁶ Basta aqui realçar esses pontos pelo contraste evidente entre a tradição filosófica e as mais variadas abordagens que tomaram o convencimento como objeto primário. Nessas últimas, uma abordagem argumentativa só faz sentido quando relacionada com noções cognitivas, emoções e valores presentes na sociedade de consumo – o que obviamente não ocorre na primeira. Todavia, a filosofia moral parece já dispor de um outro mecanismo para trabalhar esses elementos, o meio literário.

A narrativa literária

Na linha das críticas a uma visão argumentativa da ação correta enquanto única tarefa prática da filosofia moral, alguns autores retomaram considerações sobre a natureza da moralidade

⁶ Há, sem dúvida, muito mais a ser dito sobre esse tema, merecedor de um artigo próprio. Parece interessante pontuar ainda que conceitos e valores já são trabalhados não apenas relacionados com objetos, produtos e serviços, mas com instituições. Isso não é difícil de ser entendido, visto que a ampla utilização de redes sociais proporcionou notável destaque às áreas de *social media*. Para além de produtos, empresas e instituições adentram esse campo sendo relacionadas com ideias, com valores. Nesse âmbito, conceitos como “amor” e “liberdade” são adotados, esvaziados de boa parte dos seus significados históricos, recortados e reduzidos para se encaixarem em uma parte fundamental de uma estratégia de *marketing* que visa criar uma imagem positiva de uma instituição, como por exemplo em um *slogan*. O grande destaque que está relacionado ao que tratamos nesse artigo advém da imersão de partidos políticos, movimentos sociais e figuras públicas, que foram relacionadas com teses argumentativas, nessa estrutura. Tal imersão traz consigo um esvaziamento de teses e ideias, polarizações conceituais e distorções desses a fim do convencimento, da criação de uma imagem positiva.

encontradas no pensamento de Wittgenstein (1961), na época do *Tractatus*. Embora seja reconhecido pela literatura da área que o autor pense que a objetividade na moralidade seja impossível, sendo um equívoco qualquer pretensão científica para com a moral; interpretações de sua distinção entre *mostrar* e *dizer* contribuem para nossa discussão ao caracterizar o caráter pedagógico de uma narrativa. Como interpreta Sattler (2012), para Wittgenstein (1961) tudo aquilo que não é do âmbito do dizível, está no âmbito do mostrável, portanto a ética encontra-se além daquilo que a linguagem científica comporta. Nesse sentido, tudo aquilo que é efetuado através da linguagem no que diz respeito a moral não pode ter pretensão de objetividade, mas será legítimo quando não houver esse objetivo. Como resultado, a única maneira de proceder na moralidade é em primeira pessoa, buscando através da linguagem um “apelo”, sem descrever algo com pretensão de valor de verdade, ou prescrever algo com pretensão de oferecer uma norma universal para a conduta humana. Ou seja, é legítimo falar em ética com a postura de apontar, mostrar, ou chamar a atenção de alguém para algo importante; tentar mostrar ao outro aquilo que nós vemos.

Evitando caminhar para um outro extremo, para o comprometimento com a tese radical de que esse é o único modo legítimo de proceder em filosofia moral, permanece permitido pensar que esse modo é pelo menos uma das formas. Não obstante, essas tentativas de mostrar ou apontar para algo que cremos ser relevante em termos de valores ou condutas constituem uma maneira de trabalhar com aqueles elementos que escapam a atitude argumentativa. Assim, o método argumentativo e uma expressão linguística nesse outro sentido como, por exemplo, uma narrativa sem pretensões científicas, são aspectos relevantes para trabalhar as questões morais, mas possuem alcance e objetivos diferentes.⁷

⁷ Sobre o alcance do método argumentativo, encontramos como ilustração interessante dos limites das teorias da obrigação moral na discussão sobre atos supererrogatórios. Entendidos como atos que estão para além das obrigações morais, ou atitudes de pessoas dignas do *status* de santos e heróis, esses não são facilmente alocados nas teorias (Cf. Rachels, 1996, p. 111). Por exemplo, nenhuma teoria prevê que

Essa sugestão é compatível com as ideias que foram desenvolvidas até aqui. O trabalho com narrativas é uma das principais formas de compreensão de si e dos outros. Através das narrativas seres humanos se colocam simbolicamente em suas relações. Não obstante, o desenvolvimento de uma consciência moral requer a ressignificação de conceitos e a transformação de crenças e valores. Dessa forma, as atividades literárias mostram-se meios interessantes de promover a reflexão sobre o que é a vida em sociedade, trabalhando concepções e valores morais através da pluralidade de perspectivas frente aos fenômenos culturais.

Como não poderia deixar de ser, a literatura, enquanto atividade, administra as qualidades e os defeitos de uma narrativa. Sobre as qualidades, ela possui um caráter estético interessante, pois trabalha a afecção dos sujeitos. Embora não haja consenso sobre esses assuntos, é inegável que certas obras literárias possuem certos efeitos nos leitores. Como resultado, através de uma narrativa literária – e de outras artes – é possível trabalhar com as emoções morais e os aspectos cognitivos associados a elas. Ademais, a literatura desempenha uma tarefa reflexiva na medida em que administra a relação dos seres humanos com o mundo através de situações e cenas, permitindo justamente “apontar” para aqueles elementos que não são tratados através de argumentos.

Essa característica se destaca por possuir um valor cognitivo quando associada às atitudes morais. A compreensão da natureza de nossas ações, das relações do mundo que nos cerca e o trabalho com emoções morais são características subjetivas importantes para o agir moral. Como argumenta Nagel (1974), se o caráter subjetivo de uma experiência só é completamente compreensível a partir de um ponto de vista, qualquer desvio em direção a uma maior objetividade nos afasta da compreensão da natureza desses fenômenos. Nesse sentido, se esses elementos subjetivos presentes na vida moral não

podem ser trabalhados através do método argumentativo, os mesmos são tocados através das narrativas que colocam os leitores em primeira pessoa frente as situações descritas, ou seja, permitem uma simulação em primeira pessoa. Por fim, o exercício da literatura, tanto da leitura quanto da escrita, desenvolve as habilidades imaginativas, as quais são ferramentas cognitivas necessárias mesmo para o bom desempenho de uma argumentação imparcial.

Enquanto defeito, é necessário perceber que a literatura e as narrativas em geral existem de diversas maneiras na nossa sociedade e já constroem visões de mundo. Observando como isso acontece, nota-se que as narrativas podem tornar superficiais certos fenômenos e conceitos, principalmente quando várias delas reforçam uma mesma ideia, sem oferecer uma contrapartida. Como Fox (2013, p. 138) salienta, muitas vezes as narrativas que são contadas sobre outros povos não variam em seus conteúdos, oferecendo uma versão única daqueles, obtendo como resultado que os indivíduos internalizem generalizações e equívocos sobre as culturas. Para Fox (2013), há uma estrita relação entre aquilo que lemos e as narrativas que nos são passadas e o modo como enxergamos as pessoas que nos cercam, bem como o modo como entendemos nós mesmos. Tal como a autora argumenta, para membros que fazem parte de minorias étnicas, a cultura na qual estão imersos desempenha um papel fundamental na busca por uma identidade, na significação de si e, por conseguinte, se há na cultura narrativas que apresentam um único viés sobre um grupo de pessoas que vieram de um determinado lugar, ela condiciona esse processo. Não obstante, isso parece ocorrer em qualquer outro tipo de estereótipo. No entanto, aparentemente tal problema pode ser combatido através da pluralidade de narrativas sobre um mesmo fenômeno.

Sintetizando, através de suas peculiaridades, a leitura de uma narrativa proporciona uma reflexão sobre as crenças internalizadas nos sujeitos que guiam os comportamentos. Ao

mesmo tempo, uma narrativa literária pode evidenciar para o leitor que seus hábitos precisam serem revistos, pois manipula o viés das situações nas quais o indivíduo se percebe, construindo um campo de ressignificação de conceitos e valores. É por conta desse aspecto introspectivo que a literatura tem sido sugerida como um meio para essa tarefa. Um exemplo disso pode ser encontrado em Blackburn (2012), que discute em que sentido a alfabetização e o ensino da literatura pode contribuir para a dissolução da homofobia em ambientes escolares. Assim, se a filosofia moral está atualmente sendo entendida como uma tarefa de transformação social, que visa uma amplitude social e psicológica, que busca modificar crenças e desenvolver questões interligadas à consciência moral, pensar as atividades literárias e seus efeitos é um caminho interessante para o desenvolvimento dessa tarefa.

Considerações finais

O presente artigo teve por objetivo apresentar como algumas características trabalhadas pelas narrativas literárias as tornam ferramentas auxiliares interessantes no desenvolvimento da consciência moral – atuando nos processos de transformações de crenças e, por conseguinte, de comportamentos. Embora haja muito mais a ser dito sobre as potencialidades das narrativas, o que é a consciência moral e quais os objetivos de uma filosofia prática, o que foi analisado aqui compõe um corpo mínimo sobre o assunto. A ideia de “consciência moral” apresentada trabalha com a noção de que seres humanos se compreendem na medida em que significam a si e aos outros, muitas vezes internalizando conceitos já estabelecidos na cultura, o que influencia diretamente o comportamento. Assim, modificar o comportamento, mudar hábitos, é algo mais sutil e complexo do que parece ser, pois exige um esforço, uma tomada de consciência moral. Se o objetivo da filosofia moral for também produzir uma sociedade melhor (mais justa, por exemplo), estará em foco que meios dispomos para obter sucesso nessa tarefa.

Aparentemente, mostrar que conclusões podemos chegar sobre o que é certo fazer, de um ponto de vista moral, não toca suficientemente esse quesito. Diante disso, argumentou-se que a literatura pode ser um complemento para a filosofia moral, pois trabalha com aspectos cognitivos relacionados aos processos de ressignificação que constroem uma consciência moral.

Referências Bibliográficas

- ANSCOMBE, Elizabeth. Modern Moral Philosophy. *Philosophy*, v. 33, n, 127. p. 1-19, 1958.
- BLACKBURN, Mollie. *Interrupting Hate: homophobia in schools and what literacy can do about it*. New York: Teachers College Press, 2012.
- DIAMOND, Cora. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. Massachusetts: MIT Press, 1995.
- DURKHEIM, Émile. *Sociology and Philosophy*. London: Routledge, 2010.
- FOX, Christine. The question of identity from a comparative educational perspective. In: ARNOVE, Robert. TORRES, Carlos. FRANZ, Stephen (Org.). *Comparative education: the dialectic of the global and local*. Plymouth: Rowman and Littlefield Publishers, 2013. p. 133-147.
- HITLIN, Steven. *Moral Selves, Evil Selves: the social psychology of conscience*. New York: Palgrave-Macmillan, 2008.
- HOWARD, Jason. *Conscience in moral life*. London: Rowman & Littlefield International, Ltd., 2014.
- KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LAFOLLETE, Hugh. Theorizing about Ethics. In: LAFOLLETE, Hugh (Org.). *Ethics in Practice: an anthology*. 2ª ed. Londres: Blackwell Publishing Ltd, 2002, p. 3-12.
- LEVINSON, Stephen. Relativity in Spatial Conception and Description. In: GUMPERZ, John; LEVINSON, Stephen (Org.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 177-202.

MacINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984.

MURDOCH, Iris. *The Sovereignty of Good*. London: Routledge & Kegan Paul, 1970.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? *The Philosophical Review*, v 83, n 4, p. 435-450, 1974.

NUSSBAUM, Martha. *Love's Knowledge: essays on philosophy and literature*. New York: Oxford University Press, 1990.

RACHELS, James. *Os elementos da filosofia da moral*. 4ª ed. Barueri: Manole, 2006.

SATLER, Janyne. Alternativas à “filosofia moral moderna”: considerações wittgensteinianas, estoicas e literárias. In: CARMO, Juliano; SANTOS, Robinson (Org.). *Ética, linguagem e antropologia: perspectivas modernas e contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPURCS, 2012, p. 103-144.

SILVA, Rui. Pensamento e linguagem, In: BRANQUINHO, João; SANTOS, Ricardo (Org.). *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014, p. 1-18. Disponível em: <http://compendioemlinha.letras.ulisboa.pt/pensamento-e-linguagem-rui-silva/>

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.

ZOELLNER, Tom. *The Heartless Stone: a Journey through the world of diamonds, deceit, and desire*. New York: Picador, 2007.